

## O MEIO RURAL AÇORIANO

por  
FRANCISCO CARMO

Merecida é a atenção e o estudo que se vêm prestando ao meio rural. A sua população é maioritária na Região-Açores. Nele sobrevivem, em muitos casos, fenómenos de atraso ligados a uma sociedade tradicional e, tantas vezes, à incúria dos homens. É também ele objecto e sujeito de transformações e de inovações que vêm ocorrendo ao ritmo do tempo ou se projectam num sentido de promoção.

Este quadro natural e humano tem um modo de ser que, participando do todo em que se insere, assume aspectos próprios, diferenciados que, no conjunto, se designam por cultura rural ou subcultura em relação com a globalidade social e nacional que o circunscribe, envolve.

Assim podemos falar também do meio rural açoriano e da subcultura do açoriano.

Embora nem sempre *rural* e *agrícola* coincidam, predominando num a referência ao espaço habitado e no outro a actividade desenvolvida, nem por isso deixa o meio rural, no seu conjunto, de ser uma realidade.

A vida rural não deixou de estar também envolvida num certo lirismo traduzido no estereotipo, o *ideal pas-*

toral<sup>1</sup>, o lugar de felicidade<sup>2</sup> com raízes na literatura antiga. A ambiguidade e os matizes desta posição que afectam o juízo acerca da realidade podem encontrar-se também na investigação e disso é exemplo típico o estudo de Robert Redfield<sup>3</sup> sobre a aldeia mexicana de Tepoztlan, optimista quanto à vida do campo, e o de Oscar Lewis<sup>4</sup>, sobre a mesma aldeia, em que chegou a conclusões muito diferentes. Ao invés desta corrente não faltou uma outra que cultiva o *ideal da cidade*<sup>5</sup> como o lugar da realização humana mais completa e onde outros apenas vêem a fonte da corrupção e da degradação.

Embora reconhecendo o efeito propulsor que certos ideais terão na procura de soluções é, todavia, de acautelar-se para que não afectem a independência e a objectividade da investigação.

Embora os rurais sejam primariamente agricultores, os critérios de definição são estruturais e relacionais antes que ocupacionais. Não é o que os rurais ou camponeses produzem que os faz camponeses, é como eles produzem, bem como de quem estão politicamente dependentes<sup>6</sup>.

## 1. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO RURAL

Para a caracterização do meio rural açoriano que é objecto especial da nossa atenção ter-se-á em conta factores

<sup>1</sup> Cf. FOSTER, G., *Traditional Societies and Technological Change*, New York-London, Harper and Row Publishers, 1973, p. 25 ss.

<sup>2</sup> Cf. CARRIER, H.-PIN, E., *Ensayos de Sociologia Religiosa*, Madrid, Editorial Razon y Fe, 1969, p. 113 ss.

<sup>3</sup> Cf. REDFIELD, R., *Tepoztlan: a Mexican Village*, Chicago, University of Chicago Press, 1930, cit. em FOSTER, *ob. cit.*, p. 29.

<sup>4</sup> Cf. LEWIS, O., *Life in a Mexican Village: Tepoztlan restudied*, Urbana, Univ. of Illinois Press, 1951, cit. em FOSTER, *ob. cit.*, p. 29.

<sup>5</sup> Cf. CARRIER, H.-PIN, E., *ob. cit.*, p. 110 ss.; cf. GUIDICINI, P., *Manuale di Sociologia urbana e rurale. Teorie e tecniche di analisi del territorio*, Angeli Editore, Milano, 1982, p. 24 ss.

<sup>6</sup> FOSTER, G., *ob. cit.*, p. 31.

referenciais tais como *território, actividade e população*, relegando para uma segunda parte os que se prendem com a subcultura rural e que, em verdade, são também elementos caracterizantes deste meio em análise.

1. *Território*. É próprio de todo o homem a dimensão espacial porque ocupa um lugar, vive numa casa e circula numa determinada área geográfica<sup>7</sup>. Isto é mais sensível no meio rural. O espaço terrestre é a primeira identificação do rural, o lugar onde decorre a sua vida e actividade, onde se situam as suas preocupações.

O Arquipélago dos Açores é de origem vulcânica. A última grande erupção, de que o autor destas linhas foi testemunha ocular, ocorreu em 1957 nos Capelinhos, ilha do Faial. Esta situação não só explica a origem, a morfologia ou relevo das ilhas, mas é parte da sua história, do seu viver, das angústias que experimenta a sua gente, das preocupações sempre presentes. Os movimentos sísmicos têm levado em certos casos à deslocação das populações, algumas vezes têm causado vítimas e, com frequência, alteram a configuração do casario pelas ruínas das habitações e pelo seu posterior posicionamento ou remodelação.

Ainda hoje se pode observar na Ilha Terceira, em S. Jorge e na Graciosa os sinais do abalo sísmico de 1 de Janeiro de 1980 e o esforço de reconstrução que continua pelas várias freguesias atingidas e na cidade de Angra do Heroísmo. Nalgumas ilhas existem ainda manifestações secundárias de vulcanismo de que é exemplo mais característico o vale das Furnas (ilha de S. Miguel) com suas caldeiras efervescentes e as fumarolas que constituem também motivo de atracção turística.

<sup>7</sup> Cf. GUIDICINI, P., *ob. cit.*, p. 182 ss. O Autor sublinhando a relação entre o espaço e o indivíduo aponta algumas técnicas para a abordagem sociológica do território. Traz também, em Apêndice, uma abundante bibliografia analítica dos estudos italianos sobre o território.

As Ilhas são, em geral, montanhosas com excepção de Santa Maria e Graciosa — as mais planas. Santa Maria é a ilha onde as erupções vulcânicas deixaram de produzir-se há mais tempo.

Num quadro podem ver-se, comparativamente, os diversos escalões de altitude das ilhas açorianas<sup>8</sup>.

QUADRO 1  
Altitude das Ilhas dos Açores

Ilhas	Até 300 metros	De 300 a 800 metros	Acima de 800 metros
Santa Maria	86,4	13,6	—
São Miguel	52,7	44,9	2,4
Terceira	55,6	42,5	1,9
Graciosa	94,3	5,7	—
São Jorge	30,1	66,2	3,7
Faial	53,5	41,1	5,4
Pico	41,2	42,4	16,4
Flores	32,5	66,4	1,1
Corvo	45,1	54,9	—

Apesar das diferenças notáveis é possível traçar o perfil comum das várias ilhas trabalhadas por forças gigantes que lhes deram origem e que em momentos as degradaram sob certos aspectos. Será «um tipo de ilha açoreana ideal suficientemente representativa para poder admitir excepções. Podemos considerá-la constituída por um cone vulcânico de certa antiguidade bastante trabalhado pela erosão, culminando numa caldeira e tendo na

<sup>8</sup> CUNHA, J. et alii, *A Agricultura Açoriana*, Lisboa, 1970, p. 13.

base, ao longo de uma costa mais ou menos alta e recortada, áreas de fraco declive»<sup>9</sup>.

O *clima* dos Açores é determinado, em geral, pela sua posição geográfica ou latitude e por condições físicas gerais como oceanicidade ou insularidade, anticiclone dos Açores e relevo das ilhas.

As características climáticas favorecem a diversificação do património agrário, que associa culturas típicas das regiões tropicais (bananeira, chá, espadana) com outras da Europa mediterrânea (milho, vinho e laranjeira) e da Europa Atlântica (trigo e pastagens). A pluviosidade e a humidade consideráveis dispensam praticamente a rega que só se pratica em pequena escala na Ribeira Grande (S. Miguel) e que poderia utilizar-se em várias situações apenas como elemento de compensação. Estas condições, por um lado favoráveis, são, por outro, restritivas da actividade agrícola. Podem referir-se, como mais importantes, o vento, frequentemente violento e que além do seu poder destrutivo directo é, por vezes, portador de gotas do mar (ressalga ou rocio) que «queimam» as culturas; a humidade e a temperatura elevadas, além de favorecerem o desenvolvimento das plantas, facilitam a propagação de pragas (alfarobas, mildio, etc.); a fraca luminosidade retarda também o desenvolvimento duma boa parte dos vegetais<sup>10</sup>.

A ocupação humana faz-se na zona baixa e pela linha do litoral por razões climáticas e de relevo.

É sobre este solo trabalhado pelas forças da natureza, é neste clima temperado pelo oceano que se veio formando a paisagem agrária dos Açores marcada pelo esforço humano de séculos de ocupação.

<sup>9</sup> CUNHA, J., *Determinantes geográficos do povoamento açoriano*, Angra do Heroísmo, 1963, p. 5. (Separata do Livro da II Semana de Estudos dos Açores).

<sup>10</sup> Cf. CUNHA, J., *Determinantes ...*, pp. 22-23.

O território, numa versão açoriana, são os baldios e incultos, as matas, as pastagens e as áreas sociais onde a habitação, o casario, se junta aos campos ou *cerrados*<sup>11</sup> de culturas. Uma visão generalizada do verde, de variados tons, favorecida pelo clima húmido, intensificada pela 'onda verde'<sup>12</sup> das pastagens a alargar-se nos últimos tempos pelas zonas de baixa altitude faria das ilhas (designadamente S. Miguel) objecto duma *sociologia do verde*, como diz Corrado Barberis dando ênfase à componente territorial que se vem analisando<sup>13</sup>.

O modo e a direcção como o homem foi em gerações sucessivas abrindo nas florestas e nos matos espaço para as culturas, para a sua implantação habitacional e para as instalações industriais, mostram bem, na Ilha de S. Miguel, o condicionamento que o terreno traz à vida humana, por um lado e, por outro, o poder que o homem tem pelo seu trabalho e esforço sobre o solo e as condições materiais e que será cada vez maior<sup>14</sup>. Há, todavia, um limite que ele se deve impor racionalmente para que, no equilíbrio ecológico homem-natura, exista o ambiente necessário e propício à vida humana.

Os meios técnicos dão ao homem um domínio, um certo poder de controle sobre as coisas e permitem ao nível da comunicação — transportes e *mass media* — abrir os espaços a outros costumes e ideias. Mesmo por traz

<sup>11</sup> Assim se designam as parcelas de terrenos cercados ou fechados, *cerrados*, de paredes ou arbustos, para protecção do vento, dos animais e para demarcação da propriedade.

<sup>12</sup> Cf. *Dossier Açoriano de Agricultura e Pecuária*, Secretaria Regional do Comércio e Indústria, Açores, 1980, p. 46.

<sup>13</sup> BARBERIS, C. *Sociologia Rurale*, Bologna, Edagricole, 1981, p. 7.

<sup>14</sup> CONSTANCIA, J., *Quadro físico da Ilha de S. Miguel*, Coimbra, 1962. Traz o Autor uma série de mapas que, baseados em documentação histórica, mostram a evolução progressiva da ocupação do solo desde o povoamento da Ilha.

das montanhas e pelas ilhas dispersas no oceano pode estar a germinar, por estas e outras razões, uma nova cultura, um novo estilo de vida. O uso desses meios, todavia, não se poderá dissociar da análise dos factores e dos efeitos do ambiente natural em relação com o viver do homem.

2. *Actividade*. Em referência à actividade designa-se a vida no meio rural por *confusão de funções* entendendo-se por isto não tanto a variedade como a polivalência das entidades, das empresas, dos grupos. As lojas vendem de 'tudo', os leaders da freguesia intervêm numa variedade de tarefas, os grupos designadamente religiosos exercem funções culturais, recreativas<sup>15</sup>. A actividade, todavia, mais característica é a agricultura.

A *ocupação do solo*, que tem nos Açores uma área de 239.386 hectares, distribui-se da seguinte maneira<sup>16</sup>:

QUADRO 2  
Modo de ocupação do solo

Designação	Área (hectares)	%
Superfície agrícola útil (S. A. U.)	152.992	63,8
Matas e matos	48.975	20,5
Incultos	23.574	9,9
Área social	13.855	5,8

<sup>15</sup> Cf. MENDRAS, H., *Sociologie du Milieu Rural*, in *Traité de Sociologie* (sob direcção de G. Gurvitch), PUF, 1958, p. 322.

<sup>16</sup> Cf. CUNHA, J. et alii, *ob. cit.*, p. 73.

Nos últimos anos, a pastagem tem vindo a ocupar lugar, cada vez maior, pela posição favorável que tem assumido a pecuária, incentivada pelos preços do respectivo subsector, designadamente da carne. «Agora é o império da pastagem»<sup>17</sup>, diz-se, confrontando outras culturas que, em períodos históricos, tiveram posição destacada.

A evolução da ocupação física do solo açoriano e a sua distribuição cultural nos últimos 20 anos (1960-1980) revelam um decréscimo das áreas de culturas arvenses e arbóreo-arbustivas, um aumento da superfície forrageira à custa de outros aproveitamentos, uma progressão da área social. Em S. Miguel a superfície forrageira acusava os seguintes valores: 1960 - 31,8%; 1980 - 43,1%; área social: 1960 - 7,9%; 1980 - 8,8%<sup>18</sup>. A fertilidade do solo, servido pela humidade e pelo clima temperado, é das maiores potencialidades dos Açores.

A empresa agrícola é sobretudo de tipo familiar e nas formas tradicionais produz para o auto-abastecimento, raramente para o mercado.

Algumas informações acerca das formas e dos tipos de exploração agrícola, comparativamente, na Região-Açores e na Ilha de S. Miguel, a maior em território e população.

QUADRO 3

Formas de exploração agrícola %

Formas	Região	S. Miguel
Explorações por conta própria	40,1	26,0
Explorações por arrendamento	28,5	40,0
Explorações em regime mixto	30,4	28,0

<sup>17</sup> Cf. *Dossier Açoriano de Agricultura e Pecuária*, p. 67.

<sup>18</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 59-61.

QUADRO 4

Tipos de exploração agrícola %

Tipos	Região	S. Miguel
Explorações patronais	19,5	30,2
Explorações familiares imperfeitas	58,6	55,6
Explorações familiares perfeitas	21,9	14,2

FONTE: *Dossier Açoriano*, 1980.

Em relação com o ambiente físico e as actividades surgem também algumas características do agricultor.

O agricultor, ao contrário dos de outras actividades, vive junto do seu trabalho, no lugar, nos terrenos onde o exerce.

A seu lado outros estão que desenvolvem igual labor<sup>19</sup>.

As relações entre os rurais, designadamente agricultores, são mais íntimas, personalizadas e nominativas enodando-se na *vizinhança* e nos centros onde as pessoas se sentem *comunidade*<sup>20</sup>, à volta da igreja, da mercearia, na praça, à ponte ou no «canto» (termo este bem conhecido do micaelense).

Localidade e relações interpessoais, sobretudo à volta dos interesses próprios, são elementos caracterizantes da comunidade rural<sup>21</sup> onde nem tudo, porém, é compactamente convergente podendo ir da cooperação intensa ao conflito passando pelo conformismo, a indiferença, a apatia.

<sup>19</sup> NELSON, L., *Caratteri della Vita Rurale*, in STROPPIA, C., *Sociologia Rurale. Testi e documenti*, Milano, Hoepli Editore, 1969, p. 342 ss.

<sup>20</sup> Cf. TONNIES, F., *Teoria della Comunità e della Società*, in STROPPIA, C., *ob. cit.*, p. 109 s.

<sup>21</sup> Cf. KOLB, J.-BRUNNER, E., *Le Comunità Rurali*, in STROPPIA, C., *ob. cit.*, p. 242.

Os focos de conflito, que não significam necessariamente desagregação podem confinar-se à própria comunidade ou dirigir-se para outras comunidades exteriores, enuclear-se à volta de problemas familiares ou coextender-se ao grupo territorialmente considerado; não faltam exemplos nas comunidades açorianas.

3. *População.* A população é outra componente a partir da qual se pode caracterizar o meio rural.

A população dos Açores, com as suas oscilações peculiares, atingiu o maior volume em 1960 e, de então para cá, tem vindo a decrescer sensivelmente.

Partindo do recenseamento de 1960 e dos dados retrospectivos que ele integra, acrescentando ainda os dados dos censos posteriores a tal data, obtém-se o seguinte quadro:

QUADRO 5  
Evolução da População dos Açores de 1864 a 1981

Anos	População Residente	Variação		△ % anual
		Aumento	Diminuição	
1864 (a)	249.135	—	—	—
1878	263.305	14.170	—	+ 0,4
1890	255.487	—	7.818	- 0,3
1900	256.673	1.186	—	+ 0,05
1911	243.002	—	13.671	- 0,5
1920	231.543	—	11.459	- 0,5
1930	255.464	23.921	—	+ 1,0
1940	287.091	31.627	—	+ 1,2
1950	318.558	31.467	—	+ 1,1
1960 (b)	327.479	8.922	—	+ 0,3
1970	289.096	—	38.383	+ 1,2
1981	243.410	—	45.686	- 1,6

FONTE: (a) Recenseamento Geral da População, I. N. E.

(b) DREPA, Açores, Divisão Administrativa — Áreas e População, 1984.

Como se verifica, pelo quadro anterior, a população dos Açores de 1960 para 1981 teve uma redução de 84.069 unidades, no total, com média nunca atingida de decréscimo. A população de 1981 é sensivelmente igual à de 1864.

Especificando os dados globais dos últimos decénios e referindo-os à sua *ordem* (Ord.) de grandeza e à percentagem, obtém-se os valores do quadro:

QUADRO 6  
Distribuição por Ilhas — 1960-1981

	1960			1970			1981		
	hab.	%	Ord.	hab.	%	Ord.	hab.	%	Ord.
SMA	13.233	4,1	6.º	9.762	3,4	6.º	6.500	2,7	6.º
SMG	168.691	51,5	1.º	151.454	52,4	1.º	131.908	54,2	1.º
TER	71.610	21,9	2.º	65.852	22,8	2.º	53.570	22,0	2.º
GRA	8.669	2,7	7.º	7.420	2,6	7.º	5.377	2,2	7.º
SJO	15.895	4,9	5.º	13.186	4,6	5.º	10.361	4,3	5.º
PIC	21.837	6,7	3.º	18.490	6,4	3.º	15.483	6,4	4.º
FAI	20.281	6,0	4.º	17.068	5,9	4.º	15.489	6,4	3.º
FLO	6.582	2,0	8.º	5.379	1,9	8.º	4.352	1,8	8.º
COR	681	0,2	9.º	485	0,2	9.º	370	0,2	9.º
Total	327.479	—	—	289.096	—	—	243.410	—	—

FONTE: DREPA, Açores, Divisão Administrativa — Áreas e População, 1984.

Pela leitura do quadro anterior se nota que S. Miguel mantém sempre o primeiro lugar, com uma percentagem igual, nos primeiros decénios, e com uma percentagem de 54,2% em 1981, sobre a população total. As outras ilhas, com variações embora, mantêm o seu lugar, menos o Pico que passa do 3.º para o 4.º lugar em 1981 em favor do Faial — 3.º lugar.

A redução global que se verifica nestes dois decénios nos Açores é superior ao volume da população da Terceira (em 1960) que ocupou sempre o 2.º lugar. A redução em S. Miguel foi de 36.783 unidades; todavia, em termos percentuais, passou de 51,5% para 54,2%.

O declínio populacional dos Açores que se observa nos dois últimos decénios é resultante não só do volume emigratório como da diminuição da Taxa de Crescimento Natural (TCN) (12,7‰ em 1970/72 e 9,8‰ em 1979/81). É no crescimento natural que se encontram as diferenças mais significativas entre as ilhas as quais justificam, fundamentalmente, as alterações antes referidas.

No Faial a TCN é de 6,3‰ no período 1970/72 e de 6,9‰ em 1979/81. No mesmo período o Pico regista uma TCN respectivamente 3,8‰ e -2,7‰. S. Miguel, numa situação bastante diferenciada, acusa valores da ordem dos 17,5‰ e 14,3‰ respectivamente.

QUADRO 7  
Densidade populacional comparada 1864-1981

Anos	Densidade da população residente (hab. / km <sup>2</sup> )		Razão entre as duas densidades
	Açores	Continente	
	1864	106,3	
1878	112,3	51,2	2,19
1890	109,0	55,5	1,96
1900	109,5	59,3	1,85
1911	103,7	65,3	1,59
1920	98,8	66,2	1,49
1930	109,0	74,0	1,47
1940	122,5	84,4	1,45
1950	135,9	92,6	1,47
1960	139,7	96,8	1,44
1970	124,0	88,0	1,40
1981	104,0	105,0	1,02

Fazendo a distribuição populacional pela área geográfica obtém-se a densidade que põe em confronto AÇORES-CONTINENTE.

A densidade da população residente nos Açores era, em 1864, de 106,3 habitantes por quilómetro quadrado, 2,28 vezes superior à então registada no conjunto do Continente. Cem anos decorridos (1960), esse valor subiu para 139,7 habitantes por quilómetro quadrado, 1,44 vezes superior à do mesmo conjunto<sup>22</sup>. Actualmente é de 104, próxima da de 1864.

Ainda existem diferenças notáveis de ilha para ilha.

Em quadro conjunto, abaixo, pode ver-se a densidade, por ilhas, tendo em conta a área total em 1981.

QUADRO 8  
Densidade por Ilhas — 1970 e 1981

Ilha	Densidade (hab. / km <sup>2</sup> )			
	1970		1981	
	N.	Ord.	N.	Ord.
Santa Maria	100	4	67	5
S. Miguel	203	1	177	1
Terceira	164	2	133	2
Graciosa	121	3	88	4
S. Jorge	54	6	42	6
Pico	41	7	35	7
Faial	99	5	89	3
Flores	38	8	31	8
Corvo	28	9	22	9
Região	124	—	104	—

FONTE: DREPA, *Análise Demográfica 1970-1981*.

<sup>22</sup> Cf. ALARÇAO E SILVA, A., *A População Açoreana*, Lisboa, 1971, p. 47.

A Região-Açores tem uma densidade média de 104 hab./km<sup>2</sup> e que referida à área social, ou seja, à área abaixo dos 300 m em que geralmente se situa a população, é de 215 hab./km<sup>2</sup>.

QUADRO 9

População Urbana e Rural dos Açores no período de 1950 a 1981

Anos	População total	Urbana		Rural	
		N.	%	N.	%
1950*	318.611	46.604	14,6	272.007	85,4
1960	327.479	48.002	14,7	279.477	85,3
1970	289.096	46.561	16,1	242.535	83,9
1981	243.410	41.689	17,1	201.721	82,9

\* População presente.

No período 1950-1960 aumentou a população *urbana* e *rural* (mais acentuadamente aquela). Nas décadas seguintes verifica-se um decréscimo tanto na população urbana como rural mas mais significativo quanto a esta que vê aumentado, na última década, o ritmo de decréscimo contrariamente ao que se passa na população urbana cujo ritmo diminui. É assim que a população urbana representava 14,6% em 1950 passando para 17,1% em 1981 enquanto a população rural passa de 85,4% para 82,9% no mesmo período.

A população na Agricultura, actividade predominante do meio rural, era, em 1981, de 32% (na Indústria 25% e nos Serviços 43%). E mais especificamente em referência à estrutura profissional da população activa, os *Agricultores, Criadores de Animais, Trabalhadores Agrícolas e Florestais, Pescadores e Caçadores* (categorias em geral também mais incidentes no meio rural) eram no

mesmo ano de 31,1% (49,6% em 1970). É nas profissões menos especializadas (caso destas) que se observa um decréscimo mais notório do número de trabalhadores<sup>23</sup>.

QUADRO 10

População Urbana e Rural por Ilhas — 1950-1981

Ilhas	Anos	População total	Urbana		Rural	
			N.	%	N.	%
S. Miguel	1950*	165.218	22.638	13,7	142.580	86,3
	1960	168.691	22.419	13,3	146.272	86,7
	1970	151.454	21.262	14,0	130.192	86,0
	1981	131.908	21.190	16,1	110.718	83,9
Terceira	1950*	60.372	15.402	25,5	44.970	74,5
	1960	71.610	18.094	25,3	53.516	74,7
	1970	65.852	18.294	27,8	47.558	73,7
	1981	53.570	13.742	25,7	39.828	74,4
Faial	1950*	23.923	8.564	35,8	15.359	64,2
	1960	20.281	7.489	36,9	12.792	63,1
	1970	17.068	7.005	41,0	10.063	59,0
	1981	15.489	6.757	43,0	8.732	56,4

\* População presente.

De 1960 para 1981 assiste-se nas ilhas dos Açores a um decréscimo da importância relativa da população rural. É de salientar, todavia, as diferenças que, desde o início, se observam entre as *três ilhas* (as que têm cidades e permitem a comparação urbano-rural). Enquanto que em S. Miguel a população rural varia de 86,3% em 1950 para 83,9% em 1981, na Terceira vai de 74,5% para 74,4% quando no Faial tais valores são representados por 64,2% e

<sup>23</sup> Cf. *Análise Demográfica 1970-1981, Açores, Junho 84* (DREPA).

56,4% respectivamente, ou seja, é de relevar a importância relativa da população rural na Ilha de S. Miguel comparada com as outras, designadamente o Faial.

Ajunte-se a isto o peso que a emigração tem no conjunto da população dos Açores. A saída de emigrantes desde 1960 acusa um total de 158.575 indivíduos, o que representa 65% da população de 1981, número sensivelmente superior à população complexiva das ilhas de S. Miguel, Faial, Graciosa, Flores e Corvo na mesma data de 1981.

Sabendo, ademais, que é o sector primário que fornece maior contingente emigratório — 17,3% em 1975 (seguido do secundário 8,6% e do terciário 6,5%), e sendo que é o sector primário que maior incidência tem no meio rural, compreende-se a força dessorante do fenómeno neste meio. Acresce a isto ainda o facto do incremento verificado tanto no secundário como no terciário, nos últimos anos, à custa duma transferência populacional também do mesmo sector primário<sup>24</sup>.

## 2. SUBCULTURA RURAL

Para além dos *aspectos gerais* que caracterizam qualquer subcultura rural (embora não de modo absoluto) e a que se refere a literatura sociológica atinente, pôr-se-á em foco, nesta 2.<sup>a</sup> parte, a *especificidade do açoriano*, designadamente rural, condicionada por factores já anteriormente mencionados e ao fim desenhar-se-á um *perfil concreto* do agricultor micaelense, se bem que não se queira fazer dele um protótipo do meio rural açoriano, sem mais.

<sup>24</sup> Cf. *Dossier Açoriano de Agricultura e Pecuária*, p. 46.

## A — Aspectos Gerais

As notas características do mundo rural elaboradas a partir de estudos empíricos em diversas áreas funcionam como um *standard* capaz de referências úteis para análise mas que não será de atribuir em absoluto e sem reservas a todas e cada uma das comunidades rurais, algo diferenciadas no tempo, no espaço e no grau de evolução. Embora existentes também em certa dose na cultura geral da sociedade, estes traços são mais característicos da subcultura camponesa.

O meio rural menos movel e participante, mais dependente dos centros de decisão do que inovativo, tende, em linguagem gurvitchiana, a ser penetrado e envolvido cada vez mais pela sociedade global que intervém através do planeamento e da programação económica e social para actuar transformações e concorrer para o desenvolvimento<sup>25</sup>.

1. Um dos traços encontrados em comunidades rurais de diferentes latitudes é a *mútua desconfiança*, o receio uns dos outros e, às vezes, até a hostilidade entre famílias que se mantêm por gerações ou entre diferentes comunidades<sup>26</sup>. O. Lewis descobriu na aldeia mexicana de Tepoztlan, que R. Redfield vira com tanto optimismo na sua investigação, «a falta de cooperação, as tensões existentes entre aldeias dentro do município, o medo, a inveja e a desconfiança nas relações interpessoais<sup>27</sup>. Sem uma cooperação organizada, que supõe confiança, será difícil o desenvolvimento. Existem, não obstante, áreas de entendimento e colaboração.

<sup>25</sup> Cf. MENDRAS, H., *ob. cit.*, p. 324 ss.

<sup>26</sup> Cf. ROGERS, E., *Modernization among peasants*, New York, Holt Rinehart and Winston Inc., 1969, p. 26; cf. FOSTER, *ob. cit.*, p. 23.

<sup>27</sup> Cf. FOSTER, G., *ob. cit.*, p. 28 s.

2. A atitude de reserva e até de hostilidade *contra a autoridade*, que se observa nos rurais, é sinal da dependência em que viveram sob tal aspecto e até, em muitos casos, a consequência das desilusões sofridas, do contraste entre as promessas e as realizações, do peso dos impostos de que eram vítimas. Decisões provenientes do poder e de outras classes, e por critérios que não são as necessidades locais, afectam os preços da produção e tornam inseguras e instáveis as margens de lucro do mercado agrícola. As condições do meio agrícola com alterações climatéricas repercutindo-se no volume das colheitas e não equilibradas por sistemas de compensação afectam negativamente a atitude deles para com os poderes e para com os que os representam sobretudo quando ocorre intervir para inovar.

3. O *fatalismo* ou a ideia dum destino inscrito na vida faz com que os camponeses, com frequência, se resignem à sua sorte. Tal atitude alimenta-se da experiência duma natureza dura e agreste, dos fenómenos naturais às vezes devastadores e, quase sempre, imprevisíveis, da impossibilidade de os controlar e faz com que se sintam frágeis em dominar o seu futuro e preparar novas condições de vida. A estes factos se associa a ideia duma vontade divina, às vezes alimentada por uma pregação desmobilizadora que atira para o Além as esperanças de felicidade, ao mesmo tempo que insinua um desprezo pelas coisas e pela actividade humana; fatalismo torna-se providencialismo. Mesmo que tenha desaparecido ou tenda a desaparecer tal discurso e tais imagens, o efeito cumulativo da natureza e dos comportamentos deixa vestígios na cultura inibindo os rurais de novos cometimentos<sup>28</sup>. E afecta, sem dúvida, as tentativas de sua promoção.

<sup>28</sup> Cf. ROGERS, E., *ob. cit.*, p. 32 s.

4. *Familismo*, uma outra característica da subcultura camponesa, consiste na subordinação das várias actividades e interesses aos objectivos da família. O individualismo que se aponta também no mundo rural, e a desconfiança para com os outros são contrarrestados pelo maior estreitamento dos laços da família. A cooperação na família é essencial e uma forma de defesa contra a agressão, a exploração e a humilhação<sup>29</sup>. Falando das diversas formas de pobreza existentes, G. Scidà exprime o juízo de que as raízes daquela se deve procurar (em Itália) não tanto no tipo de comunidade rural como no modelo de família camponesa em que cada um está radicalmente inserido e cuja vitalidade novamente se descobre<sup>30</sup>. Também se individualiza *família-ilha cultural*, tipo tradicional, cuja forma de cultura é o *localismo*, a atitude para com as inovações é de *reacção-negação* e que se insere numa *economia de subsistência*. Ao lado deste existem outros tipos que mostram também existir um *familismo eficiente*<sup>31</sup>.

5. *As aspirações limitadas* quanto à sua promoção e nível de vida têm sido também um dos traços da subcultura em análise. Tal atitude está condicionada por vários factores e características, antes apontados, como o fatalismo e consequência é também das frustrações sofridas que ilaqueiam os desejos de querer mais<sup>32</sup>. E sem esta esperança de felicidade no futuro não se realizam inovações. Algo se faz para alguma coisa e para alguém.

6. *Baixa empatia* (entendida esta como a capacidade de se projectar ou imaginar no papel de outrem), é outra

<sup>29</sup> Cf. *Ibidem*, p. 30.

<sup>30</sup> SCIDA', G., *Famiglia e povertà nell'Italia Rurale*, in *Aggiornamenti Sociali*, Milano, 4 (1983) 244.

<sup>31</sup> Cf. CATELLI, G., *Le nuovi basi sociali della famiglia rurale in Italia*, in GUIDICINI, P., *Il Familismo efficiente*, Milano, F. Angeli Editore, 1981, p. 48.

<sup>32</sup> Cf. ROGERS, E., *ob. cit.*, p. 33 s.

característica da subcultura rural. Tal capacidade adquire-se em relações diversificadas com os demais, no contacto com diferentes estilos de vida. Há razões para pensar que, enquanto os rurais não puderem «empatizar» com papéis mais modernos como os que são apresentados pelos *mass media*, eles terão dificuldade em aceitar novos modelos de vida<sup>33</sup>.

Estes traços ou características — e que não deverão considerar-se irreduzíveis — afectam, sob diversos aspectos, as inovações e a mudança que haja de programar-se para o meio rural. Daí que, para tal efeito, sejam de ter em conta alguns critérios ao lidar com uma situação deste género: maior apelo aos factores exógenos ou exteriores para a promoção rural; adaptação cuidada, nas medidas a tomar, à cultura típica deste meio ou, pelo menos, partir dela; respeito pelos valores e normas admitidos em prol duma garantia de eficácia<sup>34</sup>; e que as acções a praticar não se limitem a fazer *para o povo* mas *com ele* para que saiba *fazer por si*.

Em todos os casos necessário será uma análise muito cuidada dos factores socioculturais intervenientes previamente à execução de planos ou programas de desenvolvimento, empenho este que se não tem dividido com evidência em acções deste tipo nos Açores.

### B — Especificidade do Açoriano

O meio exerce influência sobre os indivíduos, os seus comportamentos, não só no aspecto material mas também psíquico. Afecta-lhes as reacções. A par de outros factores, concorre para lhes moldar a personalidade e ambienta-lhes as manifestações culturais.

<sup>33</sup> Cf. *Ibidem*, p. 38.

<sup>34</sup> Cf. JOÃO XXIII, *Enc. Mater et Magistra*, 3.<sup>a</sup> Parte.

Os portugueses e outros estrangeiros que do Continente vieram para as ilhas dos Açores, então descobertas, experimentaram neste novo ambiente os condicionamentos da natureza, às vezes violenta, e foram moldando através do tempo, e em interacção com o meio, um tipo insular certamente diferenciado em vários aspectos dos seus antepassados sujeitos a outras condições de vida no meio continental<sup>35</sup>.

1. *Açorianidade*. A influência que o meio exerceu sobre os habitantes destas ilhas de molde a configurar um tipo específico é o que foi designado por *Açorianidade*<sup>36</sup>.

A análise deste ambiente «como forma de enquadrar um certo contexto social unitário e relativamente autónomo»<sup>37</sup> concorre para a identificação do açoriano e vem indiciar algum tanto a sua acessibilidade maior ou menor à inovação.

Reportando-se a Vitorino Nemésio, escritor e conferencista natural dos Açores (Ilha Terceira) dividem-se os insulares em três tipos: o *micaelense*, o mais trabalhador do arquipélago e também o mais diferenciado do continental, rude, industrioso, rijo e tenaz; o das *ilhas de baixo* (ilhas do grupo central), afável, com certa manha, festeiro, indolente; e o *picaroto* (que do anterior se destaca, pois, também pertence ao mesmo grupo de ilhas), tomando a vida a sério, ora no mar, ora em terra, vigoroso, sadio, às vezes heróico<sup>38</sup>. Estes grupos, todavia, não podem con-

<sup>35</sup> Cf. COSTA, F. Carreiro, *Esboço histórico dos Açores*, Ponta Delgada, 1978, pp. 158-185, 250 ss. (ver Bibliografia atinente).

<sup>36</sup> Além de Luís Ribeiro, *ob. cit.*, veja-se *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*, 1963 e *Livro da III Semana de Estudo*, 1964.

<sup>37</sup> GUIDICINI, P., *Manuale di Sociologia urbana e rurale*, p. 154.

<sup>38</sup> Cf. RIBEIRO, L., *Subsídios para um ensaio sobre a Açorianidade*, p. 17; cf. PAVÃO, J., *Aspectos Populares Micaelenses no Povoamento e na Linguagem*, Edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977, p. 10.

siderar-se absolutamente diferenciados e existem outras versões caracterizantes.

Factores geralmente apontados como condicionantes do carácter açoriano são o clima, o mar, o vulcanismo.

Arruda Furtado refere que o povo de S. Miguel é tenaz mas ronheiro; trabalha muito, com dificuldade; sem presteza, com gestos lentos, ainda que resista à fadiga. Webster, viajante americano que visitou a ilha em 1819, notava que o povo é activo; suportando muito trabalho físico, às vezes até a uma avançada idade e por um insignificante salário. Emiliano de Andrade um pouco em contraste, falando do povo da Ilha Terceira, diz que não admira que, nascidos num país suave e num clima delicioso, sejam avessos a trabalhar, custosos, e muito propensos aos encantos duma vida cómoda e aprazível. Só por necessidade se mostram as suas aptidões naturais. O homem da Terceira é, efectivamente, o mais divertido dos açorianos<sup>39</sup>. Passa quase o Verão em festejos e touradas.

A nebulosidade subsequente à humidade (céu habitualmente de nuvens, raramente descoberto) e a sombra com que se cobre a paisagem e se apagam os tons fortes das coisas, acentuadas pela cadência das vagas na costa litoral e sumindo-se em horizontes mal definidos e distantes onde mar e céu se confundem, dão às almas um tom sombrio que é, quanto ao espírito, coisa semelhante à indolência física. As músicas populares lentas e arrastadas, as canções de inspiração regional, em que predomina o modo menor; o saudosismo ou saudade avivados pela distância e aguçados pelo ambiente, caracterizam a alma insular. E aí vem, quase à laia de conclusão: «nesse ambiente morno todas as energias se quebram e daí a indolência peculiar dos açorianos, ainda que em grau variável de ilha para ilha, entre o mínimo em S. Miguel e Pico e o máximo na

<sup>39</sup> Cf. *Ibidem*, p. 31 s.

Terceira e S. Jorge. A acção do «Azorean Torpor» de que fala Bullar<sup>40</sup> ou a «moleza açoriana»<sup>41</sup>.

O mar é outro elemento que concorre para o isolamento insular e condiciona o temperamento dos açorianos<sup>42</sup> mas nunca lhes mobilizou grandemente os braços, foi sempre reduzida a actividade piscatória nas ilhas. Ele é «um factor de indolência, saudosismo, de tudo o que faz o açoriano um homem emodorrecido e apático»<sup>43</sup>.

O *vulcanismo*, e a sismicidade que lhe está conexas, é uma característica do viver insular, razão da sua insegurança, tantas vezes sentida, e da angústia, frequentemente experimentada. Basta viver nas ilhas, em algumas delas, sobretudo, para o entender. E nesta agitação, neste tremer, revelam-se sentimentos de religiosidade e manifestações de fé que se podem datar com votos, promessas e orações.

Este contexto geográfico-climático não será, como tal, muito favorável a cometimentos avançados, à propensão muito acentuada para inovações sociais. Mas é de referir, a propósito, a observação de José Correia da Cunha: «O interesse destes aspectos de climatologia médica é evidente, faltam, porém, estudos de especialistas para se poder verificar até que ponto a não ocupação do interior das ilhas e o torpor açoriano se devem a factores climáticos ou a outros (evolução histórica, falta de comunicações, estrutura fundiária, dieta alimentar, etc.)»<sup>44</sup>.

<sup>40</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 31-36.

<sup>41</sup> AGOSTINHO, J., *Os Açorianos e o Clima do Brasil*, in *Brasília*, vol. III, Coimbra, 1946, pp. 135-140.

<sup>42</sup> Curiosamente, só de passagem se fala do *mar* na poesia popular e espontânea e também pouco aparece na arte popular. Cf. RIBEIRO, L., *ob. cit.*, pp. 55-58; cf. ALMEIDA, O. T., *ob. cit.*, p. 126 s.

<sup>43</sup> Cf. RIBEIRO, L., *ob. cit.*, p. 59.

<sup>44</sup> CUNHA, J. C., *A Agricultura Açoreana*, Lisboa, 1970, p. 22.

Estes factores — clima, mar, vulcanismo — vividos em espaços geográficos fragmentados, no geral distantes entre si, produzem uma outra característica que é parte integrante da Açorianidade — a *Insularidade*.

2. *Insularidade*. Significa o isolamento das ilhas entre si, às vezes mesmo dentro da própria ilha, marcada por acidentado relevo; a distância (também isolamento) do Continente mal ligada por transportes marítimos; e as formas de administração e governo, por vezes arbitrarias e despóticas, afectadas por um e outro tipo de isolamento. Insularidade, neste contexto, significa também dureza de vida e resignação e foi ela muitas vezes um pretexto para manter o *status quo* económico-social<sup>45</sup>. Hoje o termo de *passivo* vai-se tornando *activo*, funciona como exigência para reivindicar compensações necessárias. Custos da insularidade, são as compensações legítimas agora solicitadas ao Governo Central de Lisboa para atenuar ou cobrir as despesas a mais ou os agravamentos que advêm desta condição insular, da distância da metrópole.

É de saber-se (e para tal a investigação será necessária) se a insularidade tem sempre carácter inibitivo ou se, pelo contrário, pode funcionar como propulsor e estimulante de desenvolvimento. A tese tradicional poderá conhecer, a prazo, alternativas que mudem a suposta evidência adquirida.

As comunicações do Arquipélago com o Continente aviadas nos princípios pelas armadas da Índia, tornaram-se mais raras na falta destas só vindo a restabelecer-se muito mais tarde mas entre as cidades, servidas de melhores portos de abrigo, e Lisboa. As comunicações com o estran-

<sup>45</sup> Cf. ALMEIDA, O. T., *A profile of the Azorean*, Cambridge, 1980, p. 138.

geiro por motivos comerciais não modificaram no todo esta situação embora deixassem sinais nalgumas ilhas<sup>46</sup>.

O isolamento e a distância da metrópole tornaram também as ilhas vulneráveis e muito expostas aos ataques e incursões dos piratas de diversas nacionalidades que vigiavam as naus e saqueavam as vilas. Deles está marcada a história dos Açores do século XVI até ao século XIX e de que dão notícia os historiadores do Arquipélago.

Se a distância enfraquecia o controle do Governo central, aumentava, por vezes, as arbitrariedades, desmandos e violências das classes «ricas e privilegiadas», detentoras do poder<sup>47</sup>. Neste clima e neste contexto social moldaram-se facilmente as atitudes de resignação e sujeição que foram, ao longo do tempo, com algumas excepções<sup>48</sup>, triste fadário da gente das ilhas e a que a pregação moral e religiosa dava, por vezes, demasiada acentuação e cunhava de virtude e de méritos<sup>49</sup>. Este espírito mais se acentuou e se prolongou até aos nossos dias, sobretudo em S. Miguel, onde a propriedade é mais concentrada na mão de poucos e onde sobreviveu (e ainda sobrevive em parte) um proletariado ou semiproletariado rural.

A emigração (desde 1677 para o Brasil) abriu, desde cedo, um caminho para o exterior, um certo corte no isolamento insular e foi uma tentativa às vezes bem sucedida de superar as dificuldades económicas locais.

3. *Religiosidade*. As referências nesta matéria andam muito envolvidas no sentimento e na emoção — os dos

<sup>46</sup> Para o conhecimento bem documentado dos transportes por relação ao século XVIII-XIX veja-se o estudo recente de Artur Teodoro de Matos, *Transportes e Comunicações — Em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, 1980.

<sup>47</sup> Cf. RIBEIRO, L., *ob. cit.*, p. 41.

<sup>48</sup> Cf. *Ibidem*, p. 44.

<sup>49</sup> Cf. ALMEIDA, O. T., *ob. cit.*, p. 141.

que o descrevem às vezes, com acento literário, e os dos que vivem o acontecimento. Serão de considerar-se como expressão e descrição de um *estado de alma*.

Embora não haja estudos empíricos aprofundados, nesta matéria, nem por isso seria de arrumar, como pura ingenuidade primária, as manifestações religiosas que emergem (e às vezes perduram na tradição) dos fenómenos vulcânicos ou a propósito deles<sup>50</sup>. Não corresponde também a uma observação completa dos factos explicar toda a religiosidade do açoriano pelos vulcões, pelos sismos e pelo temor. Se estes em determinados momentos despertam a religiosidade, não a criam e, nalguns casos, nem mesmo a estimulam. Sempre aberto o campo à investigação para que objective a situação de forma precisa.

Arruda Furtado dá ênfase ao espírito religioso dos micalenses e que se liga não só às grandes catástrofes mas também aos acidentes da vida corrente, tidos por *castigo*, e que ele vê também muito relacionado com a devoção e o culto do *Senhor Santo Cristo dos Milagres* (assim se designa) na figura do *Ecce Homo*<sup>51</sup>.

Os romeiros, peregrinos ou penitentes, que ainda hoje percorrem a Ilha de S. Miguel a pé e visitam os templos onde haja uma imagem da Virgem, originaram-se, segundo a tradição, no terramoto que destruiu Vila Franca do Campo em 1522<sup>52</sup>.

<sup>50</sup> Autores vários que escreveram sobre os Açores e reuniram documentos para a sua história dão ênfase ao espírito religioso do açoriano em ligação com os fenómenos vulcânicos e sísmicos. Arruda Furtado, acerca dos micalenses; Jerónimo Emiliano de Andrade, dos terceirenses; Silveira Avelar e Carlos Moniz, dos jorgenses e graciosenses; Silveira Macedo, acerca do distrito da Horta; Leite de Vasconcelos, acerca dos açorianos em geral. Cf. RIBEIRO, L., *ob. cit.*, p. 26.

<sup>51</sup> *l. c.*

<sup>52</sup> Cf. *Ibidem*, p. 27; cf. PAVÃO, J. A., *ob. cit.*, p. 13. Do mesmo Autor o romance *Os Xailes Negros* refere-se aos Romeiros de S. Miguel, Ponta Delgada, 1973.

As festas do Espírito Santo, tão correntes nos Açores, e que se acompanham de manifestações populares típicas, estão bastante ligadas também aos fenómenos vulcânicos e sísmicos. Disto são testemunho tantas ermidas e capelas<sup>53</sup>.

Em muitas destas práticas religiosas procurou intervir a autoridade religiosa, no passado e no presente, para as libertar de superstições e outros desvios, sobretudo quanto às festas do Espírito Santo, mas nem sempre foi de feliz êxito. E bem o comprovaram as últimas intervenções em tal sentido no Bispado anterior à volta dos anos 60.

Estes factos acentuam a ideia de que as motivações religiosas numa sociedade rural, tradicional, terão dependências mais acentuadas de carácter natural ou relacionadas com os fenómenos naturais<sup>54</sup>.

Algumas características da religiosidade açoriana (e sob certos aspectos da portuguesa em geral) são as imagens, medalhas, objectos religiosos usados em casa ou trazidos ao peito como sinal de bênção e garantia dos favores divinos; as festas religiosas designadamente ao Espírito Santo em todas as ilhas, ao Senhor Santo Cristo sobretudo em S. Miguel, ao Senhor Bom Jesus em S. Mateus do Pico e outras; as promessas feitas ao Senhor, à Virgem

<sup>53</sup> Uma religiosidade assim afectada por motivações cósmicas e entretecida de algumas formas mágicas terá funcionado como elemento conservador mais do que inovativo e «será frágil face a um processo de racionalização que penetre o mundo rural» (*La Chiesa e il mondo rurale italiano*, Documento pastorale della Conferenza Episcopale Italiana, 1973, Elle Di Ci, Torino, p. 13). Mas o espírito crítico mais agudo, que acompanhada a evolução social, a poderá purificar de tais resíduos (cf. *Gaudium et Spes*, n. 7) e a reflexão apurada sobre os «sinais dos tempos» será de molde a descobrir-lhe a seiva transformadora e estimulante para a vida social, assim se julga.

<sup>54</sup> Cf. CARRIER, H. - PIN, E., *ob. cit.*, p. 151 ss.; cf. PINTO, J. M., *Estruturas Simbólico-Ideológicas nos Campos*, Porto, Afrontamento, 1985, p. 149 s.

Maria e aos Santos, nas suas imagens, e que se «pagam» com muito escrúpulo e temor sendo difícil substituí-las por outras equivalentes; o sufrágio pelos mortos sobretudo em missas mandadas celebrar, designadamente, os «Legados» ou «Trinitários Gregorianos» e, semelhantemente, as esmolas pelas almas; as palavras portadoras do sentimento religioso que acompanham as saudações ou se entrelaçam na conversa — «Até amanhã se Deus quiser», «Se Deus permitir», «Nossa Senhora nos acompanhe», etc. Estas práticas e expressões transferem-se, embora com adaptações, para os países de destino, no caso dos emigrantes<sup>55</sup>.

A prática religiosa dominical nos Açores, segundo a última sondagem, era de 40%, notavelmente superior à média do país (28,7%). Nos Açores, como noutras dioceses, embora haja uma prática mais alta das mulheres (43,5%) do que dos homens (36,3%) ela é, no entanto, mais equilibrada aqui<sup>56</sup>.

A religiosidade que tem carácter mais global do que a prática religiosa (nesta ainda se distinguiria a preceituada ou *oficial* e a espontânea ou *popular*)<sup>57</sup> foi aqui descrita, sumariamente, em relação aos açorianos no seu conjunto sem distinguir as zonas rurais das urbanas por não existirem dados discriminados mas, em coerência com os traços apresentados do meio rural e com uma percepção e observação, não quantificada, se «induz» que tal religiosidade mantém maior ênfase no meio rural do que no meio urbano, embora nem sempre de modo uniforme e generalizado.

<sup>55</sup> Cf. ALPALHAO, J. A. e ROSA, V. M. P., *Da Emigração à Acul-turação*, Colecção Diáspora, 1983, pp. 226-234.

<sup>56</sup> Cf. *Diocese de Angra do Heroísmo*, in *Economia e Sociologia*, 25/26 (1979) 195.

<sup>57</sup> Cf. SILVA, Augusto, *Prática Religiosa dos Católicos Portu-gueses*, in *Economia e Sociologia*, 25/26 (1979) 64.

Nestas notas que foi possível recolher se desenham alguns dos traços culturais do açoriano. Algumas aparecem no próprio recorte literário em que foram produzidas, outras resumiram-se descritivamente acrescidas de obser-vações que um certo conhecimento das ilhas proporciona e completadas por dados adquiridos em pesquisa.

As reservas e limites admitidos também pelos Autores citados condizem não só com a delicadeza da interpre-tação em tal matéria<sup>58</sup> mas também com a necessidade de uma ulterior investigação.

### C — Um perfil de agricultor

Com base em investigação de campo poderá apor-se às características enunciadas alguns traços mais individuali-zados com que se define um perfil de agricultor rural numa ilha (a de S. Miguel) com as limitações próprias do estudo e do universo considerado. Alguns desses traços alinham, em variados aspectos, com a caracterização feita anteriormente.

Por amostra «randómica» de 135 indivíduos, chefes de explorações agrícolas, procurou-se a caracterização do agricultor micaelense sobretudo em ordem à inovação e mudança social (1981).

Não se pensa geralmente, neste conjunto de agricul-tores, que a *respeitabilidade da profissão* se deva ao dinheiro (61,3%) nem que os *ricos ficam ricos à custa dos pobres* (53%). Não estão incluídos em tal número os assalariados agrícolas ou «camponeses» dependentes que, posivelmente, teriam posição mais diferenciada.

Referir-se-á este perfil fundamentalmente a *quatro traços* permitindo, assim, definir atitudes importantes rela-tivas ao comportamento rural e à mudança. Não sendo

<sup>58</sup> Cf. RIBEIRO, L., *ob. cit.*, p. 16; cf. ALMEIDA, O. T., *ob. cit.*, pp. 143-145.

exaustivas, como se adverte, enquadram-se, todavia, no sentido de exemplificação que as trouxe e seleccionou de um contexto de estudo mais amplo.

1. Bem escassa é a sua concordância quanto ao *estudo dos filhos* em função de outro nível de vida (apenas 5%), poucos julgam precisarem as crianças de seis anos de escolaridade para progredir nos Açores (4,4%) e, discriminantes quanto ao sexo, opinam que «estudos são para os rapazes e casa para as raparigas» (55,3%) o que é sinal de um «familismo tradicional» e com a ocupação doméstica das mulheres, constante no meio rural. A frequência com que ouvem rádio *todos os dias* (54%) e vêem TV, também *diariamente e algumas vezes por semana* (67,4%), irá alterar-lhes, porventura, esta mentalidade.

2. Em termos de *cosmopolitismo*, ou de deslocações e contactos sociais, maior é o número de agricultores saídos para o estrangeiro (39,2%) do que para as outras ilhas (23,7%) e para o Continente (20,7%), e quase todos têm parentes nos países de maior emigração (97,7%) com que se correspondem, ao menos, algumas vezes por ano (85,9%). Não obstante, pensam não ser a emigração forma ideal de garantir futuro aos filhos (63,4%) apesar de se ouvir, sobretudo dos mais idosos, terem decidido sair por causa deles e, curiosamente, por regra não pensam voltar para se estabelecer (70%).

3. Em matéria de *cooperação* poucos aceitam partilhar com os de igual ocupação qualquer peça ou máquina e muitos alegam que também não encontrariam outros dispostos a tal. As notáveis reservas acerca da ajuda recíproca entre as freguesias (88,8%) e a colaboração inter-pessoal baseada, principalmente, na regra de «*do ut des*» favorecem pouco as formas organizativas habitualmente de melhor efeito social e inovador.

4. O teor de *inovatividade* revela-se em alguns indicadores. Pouca é a propensão para investir em coisas julgadas úteis (47,6%) e mais relutantes ainda em contrair empréstimos à taxa corrente (87,7%) numa retracção manifesta ao risco e sinalizando o pragmatismo rural-agrícola; são favoráveis aos velhos processos mais do que à mudança (72,9%). Esta inovatividade assim baixa será explicável por um certo fatalismo, por uma dependência longa e sem grande margem de liberdade e iniciativa, por desilusões sofridas que condicionaram este meio rural (porventura ainda condicionam). Não obstante, há factores em acção que poderão alterar tal posição que não é irredutível<sup>59</sup>.

Esses factores ocorrentes, a reflexão atenta às realidades e aos valores do homem e as decisões firmes e generosas expressando-se em programas de acção bem articulados poderão certamente trazer ao meio rural insular, que objectivamos, maré mais alta de renovação. Esta a ESPERANÇA que sobrevive.

---

<sup>59</sup> Cf. CARMO, F., *Inovações, Mudança Social e Factor Religioso*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1985, pp. 25-49.